

FABRICAR OU EDUCAR: A COMERCIALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES ATRAVÉS DA PRIVATIZAÇÃO DA MODALIDADE A DISTÂNCIA

ALEXANDRA DOMINGUES¹;
LUÍS HENRIQUE SACCHI DOS SANTOS²

¹UFRGS – alexandradomingues@gmail.com

²UFRGS – luishss2009@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa que apresentamos pretende abordar e analisar o papel da Educação a distância como política pública de ampliação do acesso ao Ensino Superior. Bem mais especificamente, o texto pretende ainda que de forma sucinta, problematizar processos de formação inicial de professores para a educação básica que ocorram através da modalidade a distância. Têm-se como campo de análise, cursos mediados pela utilização de inovações tecnológicas que objetivem proporcionar a interlocução entre docentes e discentes intencionando uma formação em nível superior. A modalidade de educação a distância que se organiza de forma associada à Universidade Aberta do Brasil (UAB), surge a partir de uma iniciativa do Ministério da Educação em parceria com outros entes federativos tendo como um de seus objetivos principais a oferta de formação inicial e qualificação para a maior quantidade possível de professores e trabalhadores da educação básica. Salienta-se que a Educação a distância, como modalidade de educação é instituída juridicamente no Brasil a partir da promulgação do decreto 5622/2005 que hoje, encontra-se revogado pelo decreto 9057/2017. O decreto 9057/2017 regulamenta o artigo 80 da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996 o qual discorre sobre a educação a distância em todos os níveis e modalidades de educação no Brasil. Já a Universidade Aberta do Brasil como sistema de formação constituído por universidades públicas é instituída pelo decreto 5800/2006, nele são dispostos os objetivos e finalidades da UAB. É importante salientar que esta pesquisa não tem como objetivo avaliar as condições e possibilidades tecnológicas que o formato operacional da Educação a distância pode proporcionar aos seus alunos e alunas; no entanto é questão primordial para essa pesquisa o quanto a educação a distância como política pública, pode ou não aliar-se com um tipo de formação professoral que se viabiliza como libertador de consciências, no sentido emancipatório que entendemos que a formação de professores deve operar, ou ao que pode ser observado como reproduzidor de desigualdades no sentido mercadológico e competitivo empreendido pelo modo capitalista de gerir os bens sociais. Dessa forma, vê-se como objetivo necessário na formação de professores, que se utilizam do sistema UAB, um grande investimento na instrumentalização intelectual crítica dos professores. Acredita-se, a partir da base teórica que fundamenta esse trabalho, que professores aparelhados intelectualmente de forma crítica irão, por conseguinte, instrumentalizar intelectual e culturalmente seus alunos para o exercício consciente da cidadania, exercício este que possibilitará uma importante transformação na sociedade objetivando assim uma nação mais justa e solidária. A intencionalidade do fazer professoral, ou seja, a importância da futura prática do educador deve refletir um aprendizado comprometido com uma sociedade íntegra e agregadora. Nesse sentido o

propósito da formação professoral não deve reflexionar desde lógicas mercadológicas e superficiais onde a constituição profissional de professores organiza-se de forma técnica e descontextualizada de seu papel na atividade social.

2. METODOLOGIA

Tem-se como questão de pesquisa a potencialidade da expansão da formação de professores como aliada de um tipo de constituição professoral que procure ocupar um espaço de emancipação social ou de reprodução de desigualdades. Para tanto, assumimos um caráter exploratório-reflexivo a partir da revisão bibliográfica atual sobre o tema de pesquisa que nos instiga observar. São instrumentos de coleta e análise de pesquisa os dados disponíveis na Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, no ministério da Educação através do sistema Universidade Aberta do Brasil e também na literatura educacional, considerando a posição teórico-metodológica crítica no que se relaciona com a formação de professores e sua posterior atividade na educação básica. O documento elaborado durante o período em que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil, intitulado como plano diretor da reforma do aparelho do estado também serve como argumentação para a análise da fase em que efetivamente o estado brasileiro assume a prática gerencial como estratégia para elaboração de políticas educacionais. Provisoriamente podemos concluir que não é aleatório que a educação privada permaneça se desenvolvendo de forma tão rápida e vigorosa. Os mecanismos neoliberais de controle, tais como os partidos conservadores e os agentes midiáticos a serviço do capital, visam ampliar uma classe trabalhadora sem discernimento sobre o seu lugar social, sem percepção sobre seus direitos e por isso corrompida pela angústia e o desejo de acesso aos bens capitalistas. Somente uma nova pedagogia, colaborativa e engajada pode vislumbrar um novo ciclo cidadão. A educação pode e deve expandir-se, porém, tal expansão deve ocorrer de forma comprometida com a modificação da nossa sociedade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entende-se que o professor é um dos profissionais que abriga a força e a amplitude para reconfigurar a situação de desigualdade do país. Nestas formações ofertadas por determinadas empresas privadas a escola se situa apenas como um meio de acesso aos artefatos capitalistas deixando assim de unir-se aos objetivos de transformação com vista à justiça social, para se unir aos objetivos do capital. Neste sentido se dá a importância de instituições de educação superior que invistam em pesquisa e extensão. Por esse ângulo percebe-se a importância de fortalecer o sistema público de educação e a própria universidade aberta do Brasil, com objetivos críticos e currículos engajados no fortalecimento da instrução dos docentes por ela formados. A universidade deve produzir pesquisas que beneficiem a comunidade, as pessoas, o meio ambiente, a sociedade e não o capital. Por esses motivos observamos a necessidade de que os cursos de formação de professores objetivem uma formação problematizadora e reflexiva. A lógica que percebe a profissão docente como uma mera complementação de renda, possui mecanismos de controle complexos, que visam entre outros, desarticular a construção de uma classe trabalhadora consciente de seus direitos. Por isso, enxerga-se essa expansão mercadológica da formação de professores como uma estratégia neoliberal para a manutenção da desigualdade social, visto que opera a partir da deformação e limitação da consciência cidadã.

4. CONCLUSÕES

A essência transformadora da escola confronta-se com o modus – operandi de uma sociedade que valoriza a concorrência, o individualismo e a conformidade, entretanto uma das maiores implicações que pode ser observada pela reprodução deste tipo de conduta no ambiente escolar, reside no fato de que a profissão professor, não é uma profissão qualquer, ao passo que a profissão docente carrega em si possibilidades, talvez maiores que as de outras profissões, para operar a partir de uma logicidade sensível há um modo de vida cooperativo e generoso. Há uma dimensão política na formação de professores, e enquanto esta dimensão acompanhar o pensamento capitalista, não existirá expectativa para melhores dias. Enquanto nós, professores, estudantes e trabalhadores das mais diversas categorias profissionais nos deixarmos açoitados pelos mecanismos opressores de quem nos ataca e explora, não existirá força para outro tipo de organização social. A Educação é a maior arma que a classe trabalhadora possui em suas mãos para poder manter a sua dignidade. A partir da Educação como um todo, mas principalmente, a partir da escrita e da leitura dos números e da vida, que os cidadãos comuns podem compreender seus direitos a terra, a saúde e a Educação entre outros. É preciso saber ler e interpretar para compreender que a roda capitalista se fortalece a partir das nossas vulnerabilidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABED – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Censo ead.br: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. Disponível em: http://www.abed.org.br/censoead/CensoEaDbr0809_portugues.pdf Acesso em 03/02/2018.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988. Disponível em:.. Acesso em: 22 mai. 2017.

BRASIL, Decreto- Lei 5622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da lei número 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf> Acesso em: 02 de fev. de 2018

BRASIL, Decreto- Lei 9057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o artigo 80 da lei número 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm Acesso em: 02 de fev. de 2018

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em Acesso em: 22 mai. 2017.

Brasil. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, DF, 1995.